



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**

### **ATA DA DÉCIMA NONA (19ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;  
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos dezoito dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Décima Nona (19ª) Sessão Ordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 15 de junho de 2018. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto de Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, para



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 51, de 2018, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 35/2018, datada de 06/07/2018, objeto do Ofício nº 35/2018, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar convênio com o estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, para os fins que especifica”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 53, de 2018, de autoria do Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, “dando denominação, ao Viveiro Municipal, de Viveiro Municipal João Batista Reis”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 308/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 598/2018 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ALPHEU BRANDESPIN. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES; Requerimento Nº 309/2018 - Assunto: REQUER AO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA QUE JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE PRESTE AS SEGUINTE INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS; Requerimento Nº 310/2018 - Assunto: REQUER AO PREFEITO CARLOS NELSON BUENO QUE ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, REALIZE ESTUDOS E PROVIDENCIE MELHORES ACOMODAÇÕES PARA OS USUÁRIOS DE TRANSPORTE PÚBLICO DA RODOVIÁRIA DE MOGI MIRIM. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 311/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 165/2018 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA CHILE, NA VILA DIAS. Autoria: LUIS ROBERTO



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

TAVARES; Requerimento Nº 312/2018 - Assunto: Requer ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno e Secretarias competentes, informações sobre os valores arrecadados com multas de trânsito neste primeiro semestre de 2018. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 313/2018 - Assunto: Reitero ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através do Programa Bem-Estar Animal, informações sobre o número total de castrações, atendimentos/procedimentos, doações e resgates de animais, bem como número de denúncias apuradas no ano de 2017, dados imprescindíveis para análise da Frente Parlamentar de Defesa e Direitos dos Animais – Decreto Legislativo 288/2017. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 315/2018 - Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Carlos Nelson Bueno, informações sobre o andamento das providências em relação ao veículo que será viabilizado a equipe do PROERD, para que possam continuar a realizar os trabalhos de orientação e combate as drogas nas escolas municipais. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 316/2018 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO E CRONOGRAMA DE REFORMA DO POSTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO GABRIELZINHO, BEM COMO A DATA DE REABERTURA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 317/2018 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 306/2018 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA BOLÍVIA, NA VILA DIAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 773/2018 - Assunto: Indica-se ao Senhor Prefeito Carlos Nelson Bueno, junto à Secretaria de Obras,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Habitação e Serviços providências urgentes e implantação de canaleta para escoamento de águas pluviais na Rua Conde de Parnaíba, com Rua João Teodoro. Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 774/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno através da Secretaria competente, para que seja feita manutenção no poste de iluminação da Rua das Camélias, altura do número 183, Inocoop. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 776/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA RÔMULO POSI, NA SANTA LUZIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 777/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA 8 DE DEZEMBRO, NA SANTA LUZIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 778/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA FERNANDO CESAR DE CAMPOS, NO JARDIM BICENTENÁRIO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 779/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Trânsito e Secretaria de Obras e Planejamento: estudos quanto a viabilidade de ser implantada “lombada” na Avenida Professor Adib Chaib, próximo ao número 92. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 780/2018 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em conjunto com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar com urgência a troca de lâmpadas queimadas na Rua Antônio Bertazzoli, Jardim Paulista. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. indicação Nº 781/2018 - Assunto: SOLICITO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS MANUTENÇÃO E LIMPEZA PÚBLICA, SOLICITE A ROÇAGEM NA AV.



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

ADIB CHAIB Autoria: LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE. Indicação Nº 782/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE RECUPERAÇÃO DA MALHA ASFÁLTICA NA RUA YANOMAMI, NO MOGI MIRIM II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 783/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA CAPITÃO EVERTON BRAGA CORTELETTI, NO SEAC. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 784/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA LUIS ANTÔNIO ROCHA NETO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM SANTA HELENA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 785/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA 15 DE AGOSTO, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA LUZIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 786/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA ANTÔNIO MOI, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA LUZIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 787/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA SANTA LUZIA, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA LUZIA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 788/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA FERNANDO CÉSAR



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

DE CAMPOS, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM BICENTENÁRIO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 789/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA OTÁVIO ALVES BEZERRA, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM NAZARETH. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 790/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA JOSÉ SURUR, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM PAULISTA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 791/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA JAIR OTÁVIO CASSEMIRO DE OLIVEIRA, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 792/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA NELSON PATELLI, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 793/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA JOSÉ DA CUNHA CLARO, LOCALIZADA NO BAIRRO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 794/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA BELIZÁRIO ROMAN DE CAMPOS, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

MARIA BEATRIZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 795/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA BENEDITO PENAFORTE GONÇALVES, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM MARIA BEATRIZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 796/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA HENRIQUE STORT, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM MARIA BEATRIZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 797/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA RUA ANTÔNIO MORENO PEREZ, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM MARIA BEATRIZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 798/2018 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL DO GABRIELZINHO (MMR-287). Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 799/2018 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA URUGUAI, NO SEAC. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 800/2018 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a retirada de entulho do Córrego Lavapés próximo a cabeceira da ponte sobre o Córrego, à Rua Afonso Arcuri, Bairro Jardim Maria Beatriz, conforme fotos em anexo. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

**MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa):  
Moção Nº 156/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR JOAQUIM FERNANDES, OCORRIDO NO 11 DE JUNHO DE 2018. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Moção Nº 157/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DO SENHORA DORALINA MARIA BERNARDES, OCORRIDO NO DIA 09 DE JUNHO DE 2018. Autoria: MOACIR GENUARIO. Moção Nº 158/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DA SENHORA ROSARINA BRONZATTO, OCORRIDO EM 10 DE JUNHO DE 2018. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 159/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DE MATHEUS VÔMERO, OCORRIDO EM 10 DE JUNHO DE 2018. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 160/2018 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR com um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Armelindo Pissinatti ocorrido, em 15 de junho de 2018. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Moção Nº 161/2018 - Assunto: Moção de Aplausos aos nossos Bombeiros Municipais por todo empenho e dedicação na busca por um estudante desaparecido na última quarta-feira (13). Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Moção Nº 163/2018 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, O SENHOR IVAIR BIAZOTTO PELA 1ª SEMANA DO MEIO AMBIENTE EM MOGI MIRIM. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador André Albejante Mazon. Ele falou sobre “interesses imobiliários”, os quais muitas vezes guiavam a administração e isto tinha ficado bem nítido, durante o anterior governo



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

municipal, e afirmou, que alguma coisa tinha que ser feita, para preservar o interesse imobiliário do estádio do Mogi Mirim Esporte Clube, para que a área jamais fosse vendida e permanecesse, como patrimônio de Mogi Mirim. Ele sugeriu projeto de lei, que tornasse a citada área de interesse municipal, evitando assim, a construção de shoppings e congêneres, na área. Pediu o apoio de todos à futura proposta, pois era uma luta, de todos os edis. Ainda no assunto do interesse imobiliário, questionou a doação da área do Horto Florestal, que era do Estado de São Paulo, ao Município de Mogi Mirim, porque tinha questionamentos, perguntou, qual a vantagem para o município, com a doação, num momento, em que a prefeitura não tinha dinheiro para nada, nem para dar reajuste ao funcionalismo, e ainda, como seria feita a manutenção da área e os custos, perguntou, enfim, por que não deixar a área para o Estado? Destacou, que iria observar quais seriam os próximos passos, relativos ao Horto Florestal, a fim de que interesses imobiliários não permeassem as futuras ações. Para finalizar, acerca da reforma da sede do Poder Legislativo, antigo prédio da Câmara, o vereador sugeriu, que os vereadores retornassem ao antigo prédio da Câmara, enquanto se desse a reforma, no antigo gabinete do prefeito, nova área da Câmara, objetivando “ganhar tempo” e fazer economia. Na sequência, como o próximo inscrito, Vereador Cinoê Duzo, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Cristiano Gaioto. Inicialmente, ele comentou a respeito de emendas parlamentares, as quais estavam sendo progressivamente liberadas, tais como, uma delas, para aquisição de ambulâncias, intermediada pelo Vereador Geraldo Vicente Bertanha, também para aquisição de gabinetes odontológicos, os quais estavam sendo liberados, bem como, outras ambulâncias, tipo A, pedido o vereador, junto ao Deputado Alexandre Leite. Citou ainda, o trabalho dos Vereadores Tiago Costa e Moacir Genuario, junto ao Deputado Baleia Rossi, o trabalho da Vereadora Sônia Regina Rodrigues, junto ao deputado Ricardo Izar, o trabalho do Vereador Samuel Cavalcante, junto ao Deputado Miguel



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Lombardi, o trabalho dos vereadores do PSB, junto ao Deputado Luís Lauro, e o trabalho do Vereador André Mazon, junto ao deputado federal Nelson Marquizzelli. Salientou, que era muito bonito ver o empenho dos vereadores, na busca de verbas, o município necessitava de verbas estaduais e federais e ele estava feliz, em ver que a saúde de Mogi Mirim estava recebendo verbas. Registrou pedido para solução do problema do asfalto no Jardim Murayama I, porque estava um descaso muito grande, havia pedras jogadas, pela rua, dada a situação do asfaltamento, na via, e citou, para fanilizar, a solução paliativa que a prefeitura tinha adotado, para a ponte, localizada entre o Horto Vergel e Parque das Laranjeiras, solução que, mesmo paliativa, tinha garantido a segurança do transporte escolar e de outros. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Destacou as manchetes dos jornais do último final de semana, disse que Mogi Mirim estava carente de segurança e afirmou, que dever-se-ia fazer o máximo possível, para auxiliar e dar ferramentas às polícias; que o assunto da segurança era sempre destaque, na tribuna; que os furtos e roubos de carros eram frequentes; que ele cobrava atitudes, por parte das autoridades; que ele destacava o projeto de lei, lido, na data, autorizando o Poder Executivo a celebrar convênio, com o Estado São Paulo, através da Secretaria de segurança Pública, visando adesão ao Sistema Detecta; que ele estava envolvido, no projeto, cobrava, insistentemente, o Poder Executivo, para que o Sistema Detecta de monitoramento inteligente e banco de dados fosse colocado, em pauta, haja vista que o sistema já era realidade, em algumas cidades do país, ele mesmo, tinha entregue dossiê, composto de mais de quatrocentas páginas, na Secretaria Segurança Pública, que ele estava fazendo sua parte, buscando ferramentas, para auxiliar o trabalho da polícia, na cidade, e que, o Sistema Detecta seria um auxílio contra prosperidade da insegurança. Por fim, apelou à Secretária de Assistência Social, Leila Iazzetta, para que ela retirasse os moradores de rua, da área central da cidade, porque eram inúmeras as reclamações. O próximo orador foi o Vereador Gérson Rossi



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Júnior. Ele respondeu ao discurso do vereador André, sobre a doação do Horto Florestal, da Fazenda do Estado à do município de Mogi Mirim. Explanou que fora um trabalho conjunto, de vereadores, os quais tinham se empenhado, em prol da doação, por parte do Estado, e relatou os fatos do passado, aclarou que tinha existido uma solicitação, para que o governo municipal fosse atrás da posse e propriedade da área, porque o Estado tinha feito chamamento público, para a venda de suas áreas florestais, e, naquele momento, surgira, então, a preocupação com uma possível especulação imobiliária, naquela vasta área verde, e a ideia tinha sido a da posse da área, para o município, haja vista que mais riscos teria a área, se continuasse pertencendo ao Estado, do que pertencendo ao município, mesmo porque, no plano diretor, a área era “congelada”, portanto, uma vez a titularidade, no nome do município, maior era a segurança e havia melhor forma de gerir a área, e que, ele também concordava, com a posse e propriedade da área do estádio do MMEC. Sobre as condições do asfalto, no Jardim Murayama I, destacou que tinha visitado o bairro, ao lado de outros vereadores, constatado a situação, que o bairro restava, no rol daqueles que deveriam ser asfaltados, mas havia necessidade de medida urgente, porque não havia pior local, no município, do que aquele. Para finalizar, o vereador denunciou despejo ilegal de entulhos, no Córrego Lavapés, no Bairro Maria Beatriz, uma ação do homem, que degradava o meio ambiente, algo lamentável, e solicitou providências, junto à Secretaria de Meio Ambiente, bem como, mencionou projeto, ao qual tinha dado entrada, na Casa, de denominação ao Viveiro Municipal, de Viveiro Municipal João Reis. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele também falou sobre a precariedade do asfalto, no Jardim Murayama I, bem como, sobre a falta de galerias de águas pluviais, no bairro, problema



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

sério, porque a água da chuva corria pelo asfalto, deteriorando-o cada dia mais, logo, haveria necessidade de primeiro construir galerias, para somente depois, sanar a situação do asfalto. Mencionou requerimento, para providências acerca do Posto de Saúde da Família - PSF Gabrielzinho, que estava fechado, desde novembro de 2014, até hoje, localizava-se distante 14 km da cidade, distância grande, e a população solicitava, enfim, que o Poder Público reabrisse o PSF do Gabrielzinho, haja vista que a cessão de uso do imóvel já tinha sido efetivada. O vereador pediu ainda, manutenção, para a Estrada Rural do Gabrielzinho, principalmente, no trecho, em frente à Capela do Gabrielzinho, indicação de novas lombadas, para segurança aos pedestres. Retomando a direção dos trabalhos, o Presidente Jorge Setoguchi facultou uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. Ele também falou sobre a área do Horto Florestal e explicou, que, desde quando o Governador colocara as áreas estaduais para venda, ele, orador, procurara uma resposta à sociedade e entrara em contato, com o Instituto Chico Mendes, de Campinas, e, paralelamente a isso, o Prefeito tinha visitado a Casa Civil, do Governo do Estado, e conversando, com o Governador, quando, então, tinha ficado decidido, pela titularidade, ao município. O vereador citou a ONG Amparo Animal, uma organização nacional de mulheres protetoras de animais, formada por onze modelos, as quais desenvolviam um trabalho de conscientização, adoção e castração de animais, em comunhão, com outras ONGs; que a ONG Amparo Animal tinha visitado Mogi Mirim e conhecido o Horto, tinham sido planejadas possíveis ações conjuntas, pois a ONG estava disposta a receber a área, para um trabalho, de instalação de santuário de proteção e resgate de animais silvestres, para toda a América Latina, todavia, a proposta se efetivaria, somente depois, de uma definição acerca da titularidade da área, que esta seria solução, para tirar “o peso dos ombros do município”, e que, este assunto poderia ser retomado. Citou o PSF Horto Vergel, disse que já tinha feito várias indicações,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

vários requerimentos e vídeos, denunciando a precariedade do local e que, agora, os moradores do bairro tinham postado um vídeo, nas redes sociais, pedindo providências urgentes, soluções, porque o PSF estava instalado, em local provisório, num barracão, do outro lado da SP 147, as obras do antigo prédio estavam inconclusas, desde 2014, mas, agora, as obras tinham sido retomadas, a administração estava terminando a parte elétrica, no antigo prédio, a pintura e o acabamento e, em breve, o atendimento poderia ser retomado, no antigo local, o que era uma boa notícia, afinal. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Versou sobre a grande falta de respeito, que havia, na cidade, para com os deficientes físicos, pois todas as vagas, para cadeirantes, na cidade, viviam ocupadas por pessoas, que não eram deficientes físicos. Citou um caso ocorrido, com sua própria filha, que era pessoa com deficiência, e pediu à GCM, que multasse os infratores, pois somente assim, eles iriam parar de estacionar nas vagas reservadas às pessoas, com deficiência. Destacou que a sociedade não poderia exigir posturas morais dos governos, sem antes mudar seus hábitos de convivência social, de moral e ética. E assim também era, com os entulhos, com as filas, com o lixo, com a sonegação de impostos. Por fim, sobre o PSF do Horto Vergel lembrou que, no ano passado, tinha sugerido ao gerente da administração, que passasse a grade, no mato seco, do outro lado da pista, para utilizar esse mato seco, como material, fazendo assero, no solo, assim como faziam as usinas, todavia, sua sugestão não tinha sido acatada, logo, de nada adiantava debater, sobre a proteção das matas, se os próprios responsáveis não tomavam providências. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela também narrou visita, que tinha feito, ao Jardim Murayama I, ao lado de seus pares, registrando os vários problemas de asfalto, as pedras soltas, no leito carroçável da rua; que ela tinha conversado, com o Secretário de Planejamento Eduardo; que o financiamento ainda não tinha saído, mas lhe fora colocado, que o financiamento estava perto de sua liberação, pois ainda era boa a capacidade de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

endividamento do município, que seriam 21 milhões de reais, pelo financiamento, e 20% destes, cerca de R\$ 4.100,00, iriam para o recapeamento, e que, o Murayama I era a prioridade para ser recapeado, logo, eram boas as perspectivas. Falou sobre o Horto Florestal de Mogi Mirim e sublinhou, que o Estado de São Paulo, ano passado, tivera intenção de venda de várias áreas florestais, para “fazer dinheiro”; que o Prefeito de Mogi Mirim lhe dissera, que o município tentara garantir a área do Zoológico, que ficava compreendida, na grande área do Horto Florestal, todavia, o Estado oferecera, ao município, a área total do Horto Florestal, que o contrato já tinha sido assinado, para uma concessão, por trinta anos, e que, os funcionários tinham permanecido ao encargo do Estado, o município tentara preservar a área do Horto e tinha sido possível ao município assumir o compromisso, evitando assim, especulação imobiliária, na enorme área verde. Como o próximo inscrito, Vereador Moacir Genuario, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele afirmou, que estava muito incomodado, porque tinha sido eleito vereador, para fazer o que era certo à população e, desde a semana anterior, ele estava pensativo, sobre a reforma do prédio da Câmara e diria o que pensava; que o ex-presidente da Câmara, João Carteiro, tinha preparado o contrato de locação do anexo da Câmara, dito Palácio de Cristal, dentro de moldes nítidos de corrupção, com dinheiro público; que o ex-presidente tinha deslocado a Câmara, para o Palácio de Cristal, sob aluguel altíssimo; que ele, orador, conjecturava, se a mudança Palácio de Cristal não tinha sido feita, como pagamento de dívida, ou de acerto de campanha eleitoral; que o mais honroso a se fazer, perante a população, que os tinha eleito, seria desocupar o Palácio de Cristal, o mais breve possível; que a reforma iria demorar cerca de sete meses e ela teria custos; que ele dispensava um novo gabinete, em troca do mais honesto à população, pois, a Câmara, ao permanecer mais sete meses sob contrato de locação, retirava mais cento e oitenta e cinco mil reais, dos cofres públicos, para pagamento de aluguéis, montante este,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

que poderia ser utilizados, nas áreas da saúde e da educação; que ele não podia se associar a isso; que a Constituição Federal - CF88 estava “ao lado dos vereadores”, para rescisão do contrato, e citou os Artigo 58s, II, 78 e 70, da Lei de Licitações nº 8666/1993, a qual permitia a rescisão unilateral de contrato, que não atendesse aos anseios da população de Mogi Mirim, portanto, era ético e licita a rescisão do contrato de aluguel, e que, isto tinha sido a maior imoralidade de todos os tempos, pois era ilícito o valor de mercado, o aluguel estava superfaturado e se assim era, por que continuar pagando o contrato, haja vista que a multa era inconstitucional, pois não atendia aos interesses públicos. Os Vereadores Samuel Cavalcante e Sônia Rodrigues desistiram da palavra. O próximo orador foi o Vereador Tiago César Costa. Ele registrou Parecer, do TC/SP, o qual apontava irregularidades, no contrato da merenda, do “bando de ratos”, do ex-governo municipal de Gustavo Stupp. Explanou, que o parecer assinalava, desfavoravelmente, vários pontos de um contrato de merenda, que tinha custado, ao erário, 13 milhões, 727 mil, 523 reais e 45 centavos; que vários agentes políticos estavam envolvidos na situação, o contrato fechado era de 13 milhões de reais, e conjecturou, o quanto de dinheiro teria sido destinado aos bolsos dos articuladores do contrato; que a empresa era a ANGÁ, empresa esta, envolvida na Operação Prato Feito, da Polícia Federal, deflagrada na região; que o ex-secretário Gabriel Mazon Tóffoli estava envolvido, pois ele assinara o contrato, também, o próprio ex-prefeito Gustavo Stupp e outros agentes políticos, os quais, à época, exerciam cargos de confiança, tais como, por exemplo, a então secretária de educação; que tinha sido muito fácil tirar o dinheiro dos cofres públicos, no passado, e tudo caía, no esquecimento, mas ele não deixaria o passado, no esquecimento, ele buscava punir os envolvidos, empresas membro de cartéis de merenda e de materiais didáticos; que isso era nojento; que ele tinha feito a denúncia à Polícia Federal, juntando dossiê de documentos, tanto do cartel da merenda do passado, administração Carlos Nelson, empresa



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

COAN, quanto acerca do contrato de merenda, com empresa Angá, na gestão Stupp; que a denúncia tinha sido encaminhada ao delegado coordenador da operação Prato Feito, também à Delegacia de Repressão à Corrupção e Crime Financeiro, a fim de que os agentes públicos envolvidos fossem fiscalizados, os carteis fossem punidos, pela justiça, e que, no passado, “ratos” tinham invadido a cidade, portanto, sua fiscalização se dava à busca da justiça, na cidade. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 19h52, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 50, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 180.000,00”. Parecer conjunto das comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para comentar a matéria, fez uso da palavra o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele narrou o histórico do projeto, que envolvia emenda parlamentar, e explicou que, em 2017, tinha sido inaugurada a UPA e a partir de então, ele ficara preocupado com o transporte de pacientes, logo, ele buscara ajuda, em São Paulo, intermediada pelo Deputado Barros Munhoz; que, em janeiro, ele fora informado, de que haveria uma verba de 180 mil reais, destinada à compra de ambulâncias baixas, para transporte de pacientes, que isso dera certo, o dinheiro estava liberado, desde maio disponível, e que, o projeto vinha, então, para votação, como final do processo de aquisição dos veículos; (submetido a votos, sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, por



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

unanimidade, o Projeto de Lei nº 50/2018, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 34, de 2018, de autoria do Vereador Dr. Gerson Luiz Rossi Junior, “instituinto, no Município de Mogi Mirim, placas de atendimento preferencial, em estabelecimentos públicos e privados, para pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro autista; (colocado a votos, sessão de hoje, Segundo Turno, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 34/2018, do Vereador Gerson Rossi); (à sanção do Prefeito Municipal); **“ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 3. Projeto de Lei Complementar nº 04, de 2018, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração da Lei Complementar nº 207, de 27 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Mogi Mirim e respectivo Plano de Carreira e Salários da Rede Municipal de Ensino”; (posto a votos, sessão de hoje, Segundo Turno, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar nº 04/2018, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 4. Projeto de Lei nº 37, de 2018, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “dispondo sobre a alteração do Artigo 1º da Lei nº 5.083/2011, que instituiu o “Dia da Cãominhada”, no Município de Mogi Mirim”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Para comentar a matéria fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares. Explicou, que a lei já existia e o Dia da Cãominhada era previsto, para o segundo domingo do mês de agosto, e que, a proposta atual visada alterar a Cãominhada, para o terceiro domingo de agosto, atendendo, assim, pedido do Conselho Municipal do Bem-estar Animal; (submetido a votos, sessão de hoje, Segundo Turno, a Casa aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 37/2018, do Vereador Luís Roberto Tavares); (à sanção do Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como os primeiros inscritos, Vereadores André Albejante Mazon e Cinoê Duzo, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele registrou evento da Associação dos Moradores das Chácaras Sol Nascente, para sábado próximo, inauguração de melhorias, no bairro, as quais tinham sido executadas, através de parceria, com a empresa Eaton. Salientou a necessidade de parcerias da administração, com o setor privado, haja vista a falta de verbas, no setor público, e ele estava tentando uma parceria, com VIP Consultoria, para um projeto na área, localizada ao lado do MMEC, e que, os secretários municipais deveriam tomar, como exemplo, a parceria que os moradores das Chácaras Sol Nascente tinham feito, com a empresa Eaton. Como o próximo orador, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele sublinhou a precária situação do asfalto, no Jardim Murayama I. Afirmou, que conhecia a questão; que tinha feito requerimento sobre o assunto, solicitando melhorias para o Jardim Murayama I; que tinha procurado também, saber acerca da arrecadação do IPVA, até maio de 2017, porque este dinheiro era utilizado em obras de infraestrutura e registrou, um retorno do imposto, ao município, na casa dos 14 milhões e seiscentos mil reais; que, deste montante, uma parte era destinada à manutenção de vias e infraestrutura, que a lei determinava que o valor poderia ser empregado, no trânsito, mas não era obrigatório, e que, ele, vereador, acreditava que o montante pudesse ser aplicado, no asfalto, mas, mesmo assim, o município buscava fazer o empréstimo, para recapear suas ruas, portanto, sob a ótica do vereador, seria muito interessante discutir o assunto, saber onde eram empregados os percentuais do IPVA, no município. Registrou também, o assunto das invasões de lotes, no Parque das Laranjeiras, disse que era solidário aos invasores, porém, afirmou que se não



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

retrocedessem as invasões, o bairro jamais seria regularizado e a Prefeitura iria “nadar de braçada”, pois era o que a prefeitura desejava. Sublinhou o plantio de vinte e uma mudas de árvores, o qual tinha sido promovido, pela Secretaria de Meio Ambiente, na avenida Adib Chaib, e disse, que ele comparecera, ao plantio, muito cedo, às 9 horas, e plantara uma muda de Ipê Branco, na Avenida Adib Chaib. Sobre a reforma e retorno dos vereadores ao antigo prédio da Câmara, o vereador frisou que, por ele, retornaria, já no dia seguinte, o mais rápido possível, porque desejava deixar o Palácio de Cristal, o quanto antes, e que, o acordo da reforma tinha sido proposto, para dois meses, e já tinham se passados mais meses, portanto, ele apoiava a ideia do André Mazon. Também fez uso da palavra o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele agradeceu ao Vereador Geraldo Vicente Bertanha, pela intercessão, junto ao deputado estadual Barros Munhoz, relativa à conquista de duas ambulâncias comuns, para transporte intermunicipal de passageiros, bem como, agradeceu ao Vereador Gérson Rossi, pela atenção, que ele tinha, para com as crianças no espectro autista. Como a próxima inscrita, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele disse que o Vereador Tiago Costa tinha pontuado um assunto importante, que era o “cartel de merenda”; que ele, orador, nunca tinha imaginado ver políticos presos, mas eles estavam sendo condenados e presos e, dentre esses, um ex-presidente da República, Lula, que tinha sido condenado, por corrupção; que, na “brincadeira da merenda” tinham sido gastos treze milhões de reais dos cofres públicos e com a locação do Palácio de Cristal, outros milhões; que ele criticava o povo, que tinha acreditado no ex-prefeito Gustavo Stupp, elegendo-o, apesar das falsas promessas, que Gustavo Stupp tinha feito uma administração nefasta e, atualmente, o resultado penalizava o próprio povo, e que, ele esperava o povo pensasse muito bem, em quem votar, para as próximas eleições, a fim de não cair em novo engôdo. Depois, parabenizou o Vereador Gérson Rossi, pela



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

apresentação do Projeto de Lei nº 34/2018, porque era matéria importante e ele desejava, num futuro próximo, que os deficientes e autistas, as pessoas especiais, encontrassem um mundo mais justo, com governantes responsáveis, os quais entendessem, que as pessoas especiais tinham que receber toda atenção. Falou ainda, sobre a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e afirmou, que tinha terminado de ler o relatório de auditoria da Santa Casa e estava absurdamente pasmo acerca de imperícia e imprudência, com as quais tinham sido administrada a Santa Casa de Mogi Mirim, e o seu endividamento, na gestão do administrador Ronaldo Albuquerque e do senhor José Luiz Loli, embora tivessem sido alertados, e tudo isso era lamentável, e que ele, vereador, traria dados e mostraria, com números, os absurdos que tinham ocorrido, na Santa Casa de Mogi Mirim. Como o próximo orador, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, ocupou lugar, na sequência, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues. Ela deu parabéns ao Vereador Gérson Rossi, pelo projeto, que garantia atendimento especial aos autistas. Comunicou que, no Brasil, atualmente, eram cerca de dois milhões de pessoas no espectro autista, e registrou matéria, veiculada nos jornais do último final de semana, acerca de fogos de artifício, destacando que o barulho dos fogos fazia mal aos idosos, animais e aos autistas. E cumprimentou o vereador Orivaldo, que era pai de autista, e aos demais pais de autistas, porque, na data, era comemorado o Dia Internacional do Orgulho Autista. Aclarou, que a lei de sua autoria, que proibia a utilização de fogos, com estampido, no município, ainda não tinha sido regularizada, mas lembrou que tramitava matéria de mesmo teor, em nível estadual, logo, brevemente, a proibição se daria, em todo o Estado e haveria multa aos infratores. Falou que a matéria jornalística poderia ter trabalhado, em favor de uma conscientização, haja vista que pessoas mudavam seus comportamentos, através da conscientização, e assim tinha sido, com a Lei Antitabagismo, por exemplo, e, igualmente, o Poder Público deveria se empenhar ainda mais, regulamentando a matéria. Depois falou



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

sobre um Lobo Guará, que tinha aparecido, no Parque das Laranjeiras, explicando que a região era repleta de animais silvestres, inclusive, onças, mas estes animais não deveriam ser capturados, deveriam permanecer, em seus habitats naturais, pois era o barulho de fogos e afins, que os expulsavam de suas áreas nativas. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa. Ele se referiu à “farra das diárias”, outra situação, ocorrida na administração municipal de Mogi Mirim, no governo Gustavo Stupp, a qual ele tinha denunciado, junto ao Ministério Público, e tinha lhe causado estranheza, que, quando da “farra das diárias”, a comissão sindicante, mesmo sabedora de que funcionários públicos tinham sumido, com duas caixas de documentos, dera parecer pelo arquivamento da sindicância; que isso tinha sido um absurdo; que o Ministério Público tinha aberto inquérito civil, para apurar o desvio de dinheiro das diárias dos motoristas do município de Mogi Mirim e o dinheiro teria ido para o bolso de alguém, “outro rato do passado”; que a Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos tinha emitido um parecer, contrário ao arquivamento da sindicância, mandando reinstauração da sindicância administrativa, pela Portaria nº 225/2018, e o atual prefeito, com bom senso, o fizera; que havia, então, nova comissão sindicante e ela estava apurando, que ele esperava justiça, nesta questão, pois era dinheiro do bolso do contribuinte de Mogi Mirim, desviado “para o conforto de alguns”, e que, ele esperava punições. Afirmou, que havia corrupção escancarada também, no contrato de desassoreamento do lago do Complexo Lavapés, mas ninguém tinha sido punido, por esse desvio de dinheiro do bolso do mogimiriano, que ele não deixaria essas questões esquecidas, no passado, mas ele as enfrentaria, porque desejava ver justiça sendo feita, em Mogi Mirim, iria lutar pela Justiça. Por fim, citou o Decreto nº 7731/2018, do Prefeito, o qual majorava a tarifa d’água, que iria subir, a partir de julho, pois o prefeito tinha acolhido o parecer da agência reguladora ARES PCJ, de 2,78% de aumento, na tarifa, que ele, orador, como vereador, bem como a Câmara, em si, não conseguiriam barrar o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

decreto, pois era prerrogativa do prefeito, e que, portanto, a água de Mogi Mirim estaria mais cara, a partir de julho, e nada se podia fazer. Na sequência, o Presidente da Câmara leu *Nota de Esclarecimento* sobre a Reforma da Câmara, resumidamente, de que doze vereadores, maioria favorável, tinha optado pela reforma completa dos dois prédios da Câmara, na forma disposta, em projeto elaborado pelo setor de planejamento da Prefeitura, entregue, em 11 de junho de 2018, que o processo, para contratação de empresa especializada, para proceder reforma dos próprios tinha se iniciado e todos os esforços estavam sendo direcionados, pela Presidência e Mesa, para retorno ao prédio público da Rua José Alves, 129, em menor tempo possível. Questão de Ordem, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, para dizer que ele não tinha sido consultado, quanto ao recebimento do prédio do antigo gabinete do prefeito, portanto, registrava seu protesto. Questão de Ordem, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Magalhães, para perguntar à presidência, qual seria o prazo da obra de reforma do antigo prédio da Câmara e qual o valor estimado, respondendo-lhe o presidente, de que o prazo, em contrato, era de três meses e o valor estimado seria de trezentos e oitenta e seis mil reais, conforme o projeto. Depois das respostas, o Vereador Orivaldo Magalhães registrou seu protesto, pois era contra a reforma. Posto isto, como não houvesse mais oradores inscritos, para falar, em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO**, pelo passamento dos senhores *Joaquim Fernandes, Doralina Maria Bernardes, Rosarina Bronzatto, Mateus Vômero e Armelindo Pissinatti*, falecidos, recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 20h50, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.